

A CAUSAÇÃO MENTAL SEGUNDO O REALISMO PRÁTICO DE LYNNE RUDDER BAKER

MENTAL CAUSATION ACCORDING TO LYNNE RUDDER BAKER'S PRACTICAL REALISM

Jonas Gonçalves Coelho

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus de Bauru – Brasil
jonas@faac.unesp.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é refletir sobre o problema da causação mental tal como tratado pelo Realismo Prático de Lynne Rudder Baker. Procuo mostrar de que forma os pressupostos pragmáticos assumidos pela filósofa permitem criticar as concepções dominantes a respeito da relação entre mente e corpo, do dualismo cartesiano e, em especial, do materialismo reducionista de Jaegwon Kim e, ao mesmo tempo, recolocar e contornar, não sem problemas, as dificuldades inerentes a essas abordagens.

Palavras-chave: Causação mental. Lynne Baker. Realismo Prático. Constituição de Propriedade.

Abstract: *The aim of this paper is to reflect on the problem of mental causation according to Lynne Rudder Baker's Practical Realism. I try to show how the pragmatic assumptions of the philosopher allow her to criticize the prevalent views about the relation between mind and body, the Cartesian dualism, and, especially, the Jaegwon Kim's reductionist materialism, as well as to restore and bypass, not without problems, the difficulties inherent in those approaches.*

Keywords: *Mental causation. Lynne Baker. Practical Realism. Constitution View.*

O teste fundamental de uma teoria metafísica, depois da coerência e da clareza, é pragmático: Quais são as consequências da teoria? Ela ilumina a realidade básica de tal modo que nossas interações com o mundo façam sentido? (Lynne Baker, 2008)

I

No livro *Explaining attitudes*, no qual a filósofa da mente Lynne Rudder Baker propõe “Uma abordagem prática da mente”, conforme os termos do subtítulo, acompanhamos uma bem construída e fundamentada argumentação a favor do enfrentamento dos problemas metafísicos, em particular o da natureza dos eventos mentais e o de sua relação com o cérebro/corpo e com o mundo externo, a partir de uma perspectiva prática/pragmática, ou seja, de uma perspectiva que privilegia o uso e o sucesso. Segundo as palavras da filósofa: “Eu quero propor uma teoria baseada na prática: ela emerge da consideração de práticas cognitivas bem sucedidas – tanto na vida cotidiana quanto na ciência.” (1995, p.19) É com essa perspectiva metodológica e ontológica que a autora justifica o uso da expressão “Realismo Prático” para caracterizar tal aspecto de seu pensamento: “[...] o que eu estou chamando ‘Realismo Prático’ é *prático*, porque ele defende teorias metafísicas justificáveis pela prática bem sucedida tanto nos assuntos cotidianos quanto na ciência; é *realista*, porque ele afirma a verdade simples da linguagem que parcialmente constitui as práticas bem sucedidas.” (1995, p.22).

Cabe destacar que, pelo menos em relação ao problema metafísico proposto, ou seja, o da natureza dos eventos mentais e de sua relação com o cérebro/corpo e com o mundo externo, Lynne Baker defende que a legitimidade do conhecimento de senso comum independe das posições filosóficas e científicas dominantes: “Eu argumento que a psicologia do senso comum e, mais geralmente, os proferimentos cognitivos da vida cotidiana [...] não necessitam de validação da ciência”. (1995, p.20) Mais ainda, a filósofa privilegia as práticas cotidianas, como podemos observar explicitamente na seguinte referência à crença, um tipo de atitude proposicional que tem sido predominantemente considerada ou como um evento mental essencialmente distinto do físico ou como um mero acontecimento cerebral.

Metodologicamente, então, o Realismo Prático difere da Visão Standard de duas maneiras importantes: Primeiro, ele vê as práticas cotidianas como fontes de conhecimento, independentemente das conexões entre o (hipotético) conhecimento de senso comum e qualquer teoria metafísica e científica. Segundo, em relação às atitudes proposicionais, ele não começa por supor que as crenças sejam estados internos, ou do cérebro ou de uma alma imaterial. Diferentemente disso, ele recomenda que para entender as crenças, deve-se olhar para ver que usos nós fazemos delas [...] Embora a minha abordagem seja pragmática, a minha meta é metafísica. A natureza das atitudes é melhor revelada por sua operação em nossas práticas. (1995, p. 20).

Tendo enfatizado o pressuposto pragmático que orienta a abordagem filosófica de Lynne Baker, o “Realismo Prático”, busca-se compreender a partir daí de que maneira a filósofa deriva uma abordagem teórica, a “Constituição de Propriedade”, com a qual se propõe a enfrentar e solucionar o problema metafísico da natureza das atitudes proposicionais - tais como as crenças, os desejos e as intenções - e de sua relação com os acontecimentos cerebrais/corporais e ambientais. O meu objetivo principal, de agora em diante, consiste em apresentar mais detalhadamente, para, por fim, problematizar, a tese segundo a qual a universalidade e o sucesso de nossas práticas explicativas e sociais justificam não apenas a irreducibilidade do mental ao físico, mas também, e esse me parece ser o ponto menos claro, a existência de uma causação mental.

Em sua defesa da causação mental, Lynne Baker propõe, como veremos, uma concepção materialista/fisicalista não-reducionista da mente, distanciando-se assim tanto do dualismo de substância cartesiano quanto das abordagens materialistas/fisicalistas reducionistas dominantes. Considerando-se que essas últimas são o alvo preferido das críticas da filósofa, apresentarei os seus argumentos a favor da causação mental contra uma das principais defesas do materialismo reducionista, ou seja, a crítica de Jaegwon Kim à causação mental sugerida pela tese de superveniência do mental ao físico.

II

Para tratar da crítica de Lynne Baker ao fisicalismo reducionista de Kim, tomarei como fio condutor de minha exposição, embora não exclusivamente, o texto “Commonsense causation”, o qual faz parte do último livro da filósofa *The metaphysics of everyday life*, de 2007. Nesse texto, como veremos, Lynne Baker apresenta, contra Kim, argumentos a favor da causação intencional não-mental e mental. A questão central aí discutida é se as nossas crenças, desejos e intenções, componentes intrínsecos das nossas práticas explicativas e sociais cotidianas, seriam eventos mentais distintos dos acontecimentos corpóreos e causas e efeitos desses mesmos acontecimentos ou se, em virtude das dificuldades de explicar essa

relação, essas formas de pensamento deveriam ser reduzidas aos próprios acontecimentos físicos. Como disse anteriormente, Lynne Baker critica ambas as posições, embora argumente a favor do poder causal das propriedades mentais, contrapondo-se à crítica da causalção mental formulada por Kim em sua análise da idéia de superveniência do mental ao físico.

Em sua interpretação crítica do pensamento de Kim, a filósofa privilegia dois argumentos. O primeiro é o “argumento da sobredeterminação”. De suas premissas, Kim conclui que apenas o físico poderia ser causa dos eventos mentais, visto que alegar a causalção mental a partir dessas mesmas premissas seria incorrer em uma sobredeterminação desnecessária e implausível. Resumidamente, o argumento do filósofo é o seguinte:

PREMISSA 1: Um evento ou propriedade mental não ocorre independentemente de um evento ou propriedade física, ou seja, ele é “realizado” ou “instanciado” por um evento ou propriedade física. (Princípio de Realização Física do Mental)

PREMISSA 2: Um evento ou propriedade mental só pode ter uma causa física. (Princípio de Fechamento Causal do Mundo Físico)

PREMISSA 3: Um evento ou propriedade mental não pode ter mais do que uma causa completa e independente (Princípio de Exclusão Explicativa/Causal)

CONCLUSÃO: Um evento ou propriedade mental só pode ter uma causa física.

Contra a conclusão desse argumento de Kim e a favor da plausibilidade da sobredeterminação, Lynne Baker apresenta, resumidamente, duas objeções. A primeira consiste na defesa de que a superveniência ou dependência dos eventos ou propriedades mentais em relação ao físico não implica uma competição entre a causalidade mental e a causalidade física. A segunda consiste na suspeita de que não há um nível microfísico fundamental, considerando-se que qualquer nível escolhido pode ser substituído por um outro nível mais baixo, o que dificultaria a manutenção do Princípio de Exclusão/Explicação Causal, ou seja, a tese de que existe uma única causa ou explicação causal de um evento.

Lynne Baker não aprofunda essas críticas contra o “argumento da sobredeterminação” sob a alegação de que esse não é o principal e mais poderoso argumento de Kim contra a irreduzibilidade e poder causal do mental em relação ao físico. Passemos, então, ao argumento de Kim contra o qual se dirige, como procurarei mostrar na próxima seção, as principais críticas de Lynne Baker. Observemos que esse argumento preserva as três primeiras premissas do argumento anterior.¹

PREMISSA 1: Um evento ou propriedade mental não ocorre independentemente de um evento ou propriedade física, ou seja, ele é “realizado” ou “instanciado” por um evento ou propriedade física. (Princípio de Realização Física do Mental)

PREMISSA 2: Um evento ou propriedade mental só pode ter uma causa física. (Princípio de Fechamento Causal do Mundo Físico)

PREMISSA 3: Um evento ou propriedade mental não pode ter mais do que uma causa completa e independente. (Princípio de Exclusão Explicativa/Causal)

PREMISSA 4: A causalção é nomologicamente suficiente.

PREMISSA 5: Não pode haver duas condições distintas e nomologicamente suficientes de um evento singular, o que seria o caso se as propriedades mentais fossem irreduzíveis e causalmente eficazes, já que elas não excluiriam a causalidade de sua base física.

CONCLUSÃO: As propriedades mentais não são nem irreduzíveis nem causalmente eficazes.

¹ Optei por uma apresentação mais simples do argumento do que a forma mais longa de *reductio ad absurdum* apresentado por Lynne Baker, acreditando não comprometer a compreensão de suas críticas.

Como veremos a seguir, Lynne Baker refuta algumas dessas premissas e, conseqüentemente, a conclusão do argumento de Kim. Seu primeiro passo consiste em mostrar que a crítica do filósofo não se restringe à causalidade das propriedades mentais, mas se estende a toda pretensa irreducibilidade e causalidade de propriedades intencionais não-mentais. Esse aspecto é importante, pois, como também veremos, a estratégia da filósofa consiste em demonstrar a irreducibilidade e o poder causal das propriedades intencionais não-mentais e daí derivar automaticamente a irreducibilidade e poder causal do mental.

III

Segundo Lynne Baker, Kim trata como epifenômicas as propriedades macroscópicas intencionais não-mentais, ou seja, aquelas propriedades constitutivas tanto das explicações de senso comum dos eventos cotidianos quanto das explicações de ciências tais como a Psicologia e a Economia. Contra Kim, a filósofa argumenta que essas propriedades dependem de intenções – Propriedades DI -, ou seja, que elas só podem ser instanciadas em um mundo no qual existam seres com atitudes proposicionais, tais como crenças, desejos e intenções. Justamente pelo fato de serem propriedades relacionais, ou seja, propriedades cuja instanciamento depende de uma relação entre o objeto que as instancia e seres com atitudes proposicionais, é que essas propriedades não poderiam ser reduzidas a uma base física. Objetos, entidades ou eventos, como ser uma bandeira, uma obra de arte, um cartão de crédito, uma aliança de casamento, um deputado, um jantar de negócios, etc. “não poderiam existir ou ocorrer em um mundo sem crenças, desejos e intenções” (2007, p.107).

O privilégio do contexto intencional implica no fato de essas propriedades intencionais poderem ser realizadas por um número indefinido de bases físicas e microfísicas, o que significa que não é da base física ou microfísica que advém o poder causal dessas propriedades. Para Lynne Baker, é duvidoso que um realizador físico, por si mesmo não-intencional, por exemplo, do pagamento de uma dívida, desempenhe o papel causal, por exemplo, de pôr fim aos telefonemas de cobrança por parte do credor ou de limpar o nome sujo do devedor. Pagar uma dívida não seria uma propriedade superveniente, ou seja, uma propriedade local e fisicamente instanciada.

Para que um evento seja um pagamento de uma dívida, as práticas de posse e empréstimo devem ser instanciadas antes mesmo que o pagamento de uma dívida seja possível. Contudo, posse e empréstimo são também propriedades DI. Nós não temos idéia de quais sejam as propriedades da base física nas quais o pagamento de uma dívida pode ser superveniente [...] A visão de Kim transformaria a conexão causal que nós todos compreendemos, e que nós podemos predizer – a conexão causal entre pagar uma dívida e pôr fim aos telefonemas de cobrança do credor – em uma conexão causal entre propriedades físicas totalmente desconhecidas. (2007, p.108)

Ainda a favor da causação descendente das propriedades intencionais, negada por Kim, Lynne Baker cita alguns exemplos baseados em experiência científica, os quais mostrariam não apenas mudanças no funcionamento, mas também na estrutura do cérebro e das células. É o caso das mudanças nos cérebros dos taxistas de Londres, maior crescimento do hipocampo para acomodar a “grande quantidade de experiência de navegação”. E ainda a diminuição da vida de determinados tipos de células em situações de estresse crônico. Baker conclui que “a esmagadora evidência empírica da eficácia causal das propriedades dependentes de intenções é uma boa razão para rejeitar qualquer teoria que as considere como epifenômenos ou como não existentes” (2007, p.110).

A filósofa justifica mais detalhadamente a sua defesa da irreducibilidade do mental e da causalção intencional ao apresentar os princípios fundamentais de sua Teoria da Constituição de Propriedades a partir da contraposição com alguns dos princípios fundamentais da concepção de superveniência de Kim. São três os princípios, apresentados resumidamente a seguir.

Primeiro, Lynne Baker considera que a realidade é constituída por uma multiplicidade de níveis ontológicos. Sendo um fisicalista reducionista, Kim reduziria todo o existente ao nível microfísico a partir do qual explicaria os outros níveis de realidade, tornando, desse modo, a diferença entre os níveis apenas “descritiva ou conceitual”. Diferentemente, a filósofa defende que um mesmo objeto pode ter níveis ontológicos distintos e essa ontologia seria garantida pelos poderes causais distintos referentes a cada um deles. Consideremos, por exemplo, uma pequena estátua de bronze. Num nível ontológico mais alto, ela é uma obra de arte - propriedade dependente de intenção – e, enquanto tal, ela causaria, por exemplo, atitudes de admiração estética. Num nível mais baixo, microfísico, pelo fato de ser feita de bronze, a estátua tem o poder causal, entre outros, de manter papéis sobre uma escrivaninha. E, por fim, considerada num nível microfísico, seus elementos constitutivos certamente interagem com outros elementos microfísicos do ambiente.

Segundo, Lynne Baker contrapõe-se à noção de realização de Kim. Os Princípios de Realização de Kim seriam fortes o suficiente para rejeitar a causalção intencional não-mental. Baker propõe a ideia, segundo ela mais fraca, de Constituição de Propriedades. E a noção de “constituição” seria mais fraca do que a noção de “superveniência” pelo fato de a instanciação de uma propriedade de alto nível não depender apenas da instanciação de propriedades de baixo nível, microfísicas ou microfísicas, mas também, e principalmente, de circunstâncias favoráveis ou do contexto. Por exemplo, o que faz com que uma argola de ouro seja uma aliança de casamento não são os seus elementos microfísicos constitutivos, os quais poderiam ser em parte responsáveis por sua estrutura microfísica – caberia aqui a superveniência? –, mas o contexto cultural constituído por atitudes proposicionais, tais como crenças, desejos e intenções. A constituição física, por si só, não faz com que uma peça de metal seja uma aliança de casamento, mas uma aliança de casamento poderia ser constituída por peças de diferentes materiais e formas.

Terceiro, Lynne Baker propõe que se substitua o Princípio de Herança Causal de Kim pelo que ela chama de Princípio de Eficácia Causal Independente. A idéia básica é que os poderes causais das propriedades de alto nível independem das propriedades de nível mais baixo, ou seja, não advêm dos poderes causais de seus constituintes, não podendo, portanto, ser reduzidas a eles. Por exemplo, o ato de João levantar a mão em uma determinada circunstância pode significar votar contra Pedro causando neste o sentimento de raiva junto com alterações neurais correlatas. Em outra circunstância, poderia significar votar a favor de Pedro causando neste o sentimento de alegria com os correspondentes estados neurais. “Minha tese então é essa: propriedades DI geralmente (sendo as propriedades mentais um caso especial) são propriedades causais pelo fato de sua instanciação ter eficácia causal independente” (2007, p.115). Lynne Baker conclui, dizendo que “a eficácia causal das propriedades constituídas instanciadas – propriedades mentais instanciadas e de DI propriedades instanciadas – é independente da eficácia causal de seus constituidores.” E vai mais longe, ao afirmar que, desse modo, a sua Teoria da Constituição de Propriedades “mostra como propriedades mentais contribuem causalmente para o que acontece” (2007, p. 116).

Ao postular a eficácia causal de propriedades intencionais, estaria Lynne Baker violando o Princípio de Fechamento Causal do Mundo Físico? Não, segundo a própria filósofa, que define o seu pensamento como uma abordagem materialista/fisicalista não-

reducionista. Justifica-o, utilizando-se do exemplo que apresento a seguir. Considere-se a relação entre o querer levantar o braço e a ação de levantar o braço. Tanto o querer levantar o braço quanto o ato de levantar o braço teriam seus respectivos constituintes (constituidores) microfísicos. Entretanto, o constituinte microfísico do querer levantar o braço não seria a completa causa – nomologicamente suficiente - do constituinte microfísico do ato de levantar o braço.

Para demonstrá-lo Lynne Baker nos pede que pensemos em um mundo com as mesmas leis que o nosso e no qual um cérebro em um vaso esteja no mesmo estado microfísico. Nesse mundo, diz a filósofa, um estado microfísico não causaria o outro pelo fato de a pessoa não ter braços para levantar, não sendo, portanto, um estado microfísico nomologicamente suficiente para o outro. Mas isso não seria um problema para o fechamento causal, já que o Princípio do Fechamento Causal do Mundo Físico requer apenas que a constituição microfísica do ato de levantar o braço tenha uma completa causa microfísica e não que a constituição microfísica do querer levantar o braço seja a sua completa causa física. Essa constituição microfísica seria apenas a principal parte de um agregado mais amplo de micropropriedades, nomologicamente suficiente para a constituição microfísica do ato de levantar o braço.

Não há dificuldade para a Teoria da Constituição de Propriedades dizer: (i) Jane querer levantar seu braço é constituído por MP; (ii) Jane levantar seu braço é constituído por MP*; (iii) Jane querer levantar seu braço causa o levantamento de seu braço; mas (iv) MP não causa MP*. Se o estado microfísico de uma grande região espaço-temporal que termina no tempo do querer de Jane causou o microfísico estado de uma levemente posterior grande região que começa no tempo de Jane levantar seu braço, então o Princípio de Fechamento Causal é honrado. Desse modo, embora a Teoria da Constituição de Propriedades não requer que MP seja causalmente suficiente para MP*, ela no entanto não o viola. (2007, p.119)

Apresentei os principais argumentos de Lynne Baker contra o fisicalismo reducionista de Kim, os quais justificariam a postulação não apenas da irreducibilidade do mental ao físico, mas também de uma causação intencional não-mental e, conseqüentemente, da causação mental. Esse é o ponto sobre o qual gostaria de refletir um pouco mais detidamente. Em que medida explicar e demonstrar a irreducibilidade e causalidade das propriedades intencionais não-mentais explicaria e demonstraria o poder causal das propriedades mentais? E em que medida se pode afirmar que uma propriedade intencional pode ser não-mental?

IV

Admitindo-se que o problema da causação mental envolve essencialmente a relação entre os acontecimentos mentais, os acontecimentos cerebrais/corporais e o mundo físico, e considerando-se que Lynne Baker pretende resolvê-lo tratando-o como um caso especial de causação intencional não-mental, entendo que uma avaliação de sua solução depende de uma clara compreensão da natureza e do significado dessa forma mais geral de causação. Para tanto, retomo um exemplo de irreducibilidade de um evento intencional não-mental ao físico e de causação intencional não-mental, proposto por Lynne Baker em seu texto “Attitudes in action. A causal account”, apresentando-o segundo um esquema geral que busca articular o Realismo Prático e a Teoria da Constituição de Propriedades, defendidos pela filósofa. Pensemos na relação entre o evento “X levantar o braço” e a intenção “X votar a favor do candidato Y”.

1. A intenção “X votar a favor de Y” não é idêntica ao evento físico “X levantar o braço”, não podendo, portanto, ser a ele reduzida nem dele ser separada. O mesmo evento físico poderia ocorrer sem constituir a propriedade intencional “votar a favor de X”, ou seja, “X levantar o braço” poderia, em outro contexto, constituir, por exemplo, a intenção “X querer fazer uma pergunta”. Deve-se ainda observar que a propriedade intencional “votar a favor de X” não se realiza independentemente de um evento físico que a constitua. Se não for levantando o braço como no caso proposto, poderia ser preenchendo uma cédula.

2. A forma, o peso, o tamanho e a posição do braço erguido são derivados de sua composição atômico/molecular, da relação do corpo com o ambiente e de acontecimentos cerebrais específicos, enquanto que a propriedade intencional “votar a favor de X” independe de uma constituição física específica – embora dependa de alguma constituição física, como foi dito no item anterior - mas dependendo fundamentalmente de um contexto político o qual envolve crenças, desejos e intenções.

3. As propriedades físicas essenciais do evento “X levantar o braço” independem da intenção “X votar a favor”, isso por que a ação de levantar o braço poderia ser apenas um acontecimento mecânico ou corresponder a outras intenções, dependendo das determinações do contexto. Entretanto, o poder causal de produzir sentimentos, por exemplo, amor ou ódio, no candidato que recebeu o voto e naqueles que são a favor ou contra este candidato, é uma propriedade do ato de “X levantar o braço” derivada de sua intenção “votar a favor de Y”.

4. Embora estejamos diante de dois eventos ontologicamente distintos² e inseparáveis nesse contexto, “X levantar o braço” e “X votar a favor de Y”, a entidade ontológica que prevalece é a intenção “X votar a favor de Y”. Afinal, é essa intenção que tem o poder causal de fazer com que Y ganhe a eleição e adquira com isso algum tipo de propriedade – o cargo a que concorre, por exemplo - que faça diferença no contexto no qual Y está inserido.

5. O alcance e as implicações políticas e emocionais do evento “X levantar o braço” não existiriam em um contexto diferente, por exemplo, num contexto no qual fosse estabelecido que para “votar a favor” deve-se permanecer sentado. O mesmo evento “X levantar o braço” poderia, como já o disse anteriormente, constituir outras intenções em lugares e momentos distintos, causando, desse modo, efeitos diferentes.

6. O poder causal de “X levantar o braço” fica claramente estabelecido pela “conjunção de verdades contrafatuais relevantes”. Por exemplo, suponhamos que o voto de X determinou a vitória de Y. Isso significa que se X não tivesse levantado o braço, ou seja, votado a favor de Y, Y não teria ganhado a eleição.

Será que o exemplo e os argumentos apresentados, de forma sucinta, com o objetivo de fundamentar as teses da irredutibilidade das propriedades intencionais não-mentais aos acontecimentos físicos e do poder causal independente dessas mesmas propriedades permitem demonstrar, em alguma medida, contra Kim, a irredutibilidade dos eventos mentais aos eventos físicos? E, principalmente, admitindo-se essa irredutibilidade, resolver o problema da causalção mental, ou seja, explicar como eventos mentais produzem eventos físicos e outros eventos mentais? Não parece ser o caso. Vejamos.

Colocando o problema da causalção mental em termos cartesianos, o que deve ser explicado, principalmente, é como o pensamento, cujo conteúdo é “querer levantar o braço”, na medida em que se o considere como um evento distinto e irredutível aos acontecimentos cerebrais, embora interagindo com eles, pode causar o evento físico “levantar o braço”. Parece duvidoso que se possa estabelecer entre os acontecimentos cerebrais/corporais e os conteúdos dos pensamentos alguma relação semelhante àquela existente entre o evento físico “levantar o braço” e a intenção “votar a favor de Y”, ou seja, parece difícil sustentar que os

² A distinção ontológica é garantida pela existência de poderes causais distintos, os quais apontam para a existência de diferentes níveis ontológicos em um mesmo objeto ou evento.

eventos mentais sejam tão externos ao cérebro quanto as propriedades intencionais são em relação a ações como “levantar o braço”, ou objetos como uma argola de metal, para lembrar o exemplo citado da aliança de casamento. O próprio fato de o poder causal da propriedade intencional “votar a favor de Y”, embora constituído pelo evento físico “X levantar o braço”, depender de um contexto de crenças, desejos e intenções, sugere que esse poder causal advém desses eventos ou propriedades intencionais. Entretanto, esses eventos ou propriedades intencionais não seriam eles mesmos mentais, a um só tempo produzidos pelo cérebro, irreduzíveis ao cérebro e causadores dos sentimentos e ações corpóreas pertinentes ao contexto em que ocorrem? Se for o caso, parece que Lynne Baker pressupõe o que ela se propõe a explicar, ou seja, a causação mental.

A filósofa afirma logo no início de seu artigo “Attitudes in Action. A causal account” que “o que nós pensamos afeta o que nós fazemos” (2002, p.48) e que essa verdade seria confirmada por nossa prática social de se gastar bilhões de dólares com outras práticas sociais, tais como, educação, propaganda, campanhas políticas e pesquisas de mercado. E que o que nós pensamos afetaria o que nós fazemos em virtude do conteúdo do pensamento e não da natureza do estado cerebral. É porque X quer votar em Y e X acredita que, levantando a mão, ele está votando a favor de Y que X levanta a mão. Se X não quisesse votar em Y naquele contexto, bastaria X permanecer com a mão abaixada. Temos aí a estrutura da explicação causal. Por que X levantou a mão? X levantou a mão porque X queria votar em Y e X acreditava que, levantando a mão, estaria votando a favor de Y. O querer de X teria causado X levantar a mão.

No mesmo artigo, Lynne Baker coloca, nos seguintes termos, o problema da causação mental: “Este é o problema da causação mental: mostrar como, dadas plausíveis suposições de background, é possível que o que nós pensamos afeta o que nós fazemos”. (2002, p.48). Mas será que a filósofa está de fato mostrando “como” o que nós pensamos afeta o que nós fazemos? Ninguém duvida de que o que pensamos afeta o que fazemos, mas isso por si só não constitui um argumento decisivo a favor da causação mental cujo problema apenas se coloca a partir do momento em que se reflete a respeito da natureza do pensamento e se o considera como essencialmente distinto e irreduzível ao físico. Somente nesse caso é que caberia explicar a relação e interação entre esses elementos distintos da realidade.

É claro que Lynne Baker, ao privilegiar uma perspectiva pragmática que lhe permite afirmar a causação intencional não-mental, contorna o problema da causação mental tal como colocado em termos cartesianos. E o problema não se colocaria para ela nesses termos, pois, de acordo com a sua concepção materialista não-reducionista, primeiro, o pensamento não é algo essencialmente distinto e separável do físico e, nesse sentido, é material e, segundo, não é reducionista pelo fato de o conteúdo do pensamento não ser resultante apenas da atividade cerebral, dependendo, para a sua individualização, da relação do cérebro/corpo com o mundo externo. Lynne Baker não nega o fato de termos uma “vida interior” ou “episódios da consciência de primeira pessoa” que são privados. Mas esta ideia poderia levar à tese equivocada de uma alma e à consequente crítica materialista.

Quando eu mantenho o pensamento que *p*, alguma coisa está acontecendo dentro de mim. Se o que está acontecendo dentro de mim não é constituído por estados cerebrais, pelo que eles são constituídos? A única resposta possível parece ser: estados da alma. Mas apelar a estados da alma é insustentável. Assim, episódios de primeira pessoa (por exemplo, manter conscientemente uma crença que *p*) deve ser constituído por estados do cérebro mesmo se crer que *p* não seja. (2007, p.187)

Lynne Baker pretende colocar-se contra esse “raciocínio cartesiano”, defendendo que os episódios interiores não seriam privados no sentido de haver algum tipo de linguagem

privada, ou seja, todos eles seriam relacionais. Daí a filósofa propor que todos os episódios interiores sejam considerados como episódios linguísticos, mas de uma linguagem pública: “episódios de primeira pessoa deveriam ser pensados como uma fala interior, como proferimento de sentenças não vocalizadas em linguagem pública [...] para seres linguísticos pensamento e linguagem falada desenvolvem juntos.” (191). Estamos aqui diante de uma concepção externalista da linguagem e da mente a qual nos remete à intricada questão da relação entre mente, linguagem e mundo, temática cujo enfrentamento, embora imprescindível para o problema da causalção mental e para a compreensão mais profunda dos pressupostos que fundamentam o pensamento de Lynne Baker, foge aos objetivos do presente artigo.

Referências bibliográficas

BAKER, Lynne Rudder. *Explaining Attitudes: A practical approach to the mind*. New York: Cambridge University Press, 1995.

_____. *Persons and Bodies: A constitution view*. New York: Cambridge University Press, 2000.

_____. *The Metaphysics of Everyday Life: An essay in Practical Realism*. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. *Attitudes in action. A causal account*. *Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia*. Campinas, v. XXV, Special Number, p. 47-78, 2002.

_____. *A metaphysics of ordinary things and why we need it*. *Philosophy*. V. 83.1, p. 5-24. Cambridge University Press, 2008.